

Populismo, Democracia e a Constituição na Venezuela

José Alberto Antunes de Miranda*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

Porto Alegre-RS, Brasil

Introdução

Desde a constituição do Estado moderno venezuelano, a influência política do setor militar é uma constante que se expressa em acordo tácitos militares-civis e militares-políticos. Quer dizer, ante o poder político evidenciado ao longo do século XX pelo setor castrense, não foi possível para a sociedade civil venezuelana lograr sua institucionalização de maneira racional e positiva.

O papel dos militares em alguns países latino-americanos e governos considerados como novos populistas precisam ser melhor analisados. Alguns desses governos na América Latina, especialmente pela expansão do controle do Estado sobre setores-chave da economia adotam práticas autoritárias mascaradas por uma retórica que enaltece o povo e estigmatiza o imperialismo.

Por relações civis e militares se entende aquelas que se estabelecem entre a sociedade em geral e esse pequeno segmento, os militares, que se atêm à sua defesa. Aspectos como o serviço militar obrigatório, as leis militares, o orçamento e as aquisições de equipamentos bélicos, a educação

* Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2012); Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2004); Especialista em Integração e Mercosul pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1999); Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996). E-mail: antunesmiranda@hotmail.com

militar, a projeção do estamento castrense em temas de segurança interior ou no desenho e execução das políticas públicas, sua atitude ante as autoridades civis, dentre outros, são parte da temática geral desses estudos. A pesquisa analítica centra seu interesse no corpo de oficiais, a estrutura e características da realidade militar, nas relações que se desenvolvem com a sociedade nos aspectos socioeconômicos e político-culturais (IRWING, 2009, p. 8).

Este artigo trata, em sua primeira seção, das relações civis militares instituídas na Venezuela considerando o que se compreende por relações civis-militares e o impacto da corporação castrense nas instituições políticas venezuelanas desde sua fundação como Estado. Além disso, se analisa a tentativa em se instituir um projeto civilista para as instituições da nação no período democrático e o fracasso, a partir da manutenção de privilégios concedidos aos militares, levando a sua constante influência em sucessivos governos. Mudanças implementadas pelo governo Chávez, a partir da nova Constituição, convertem os militares em uma instituição orientadora da sociedade e da tomada de decisões debilitando o controle civil.

Na sequência, são apresentadas as características do presidencialismo venezuelano e o sistema de partidos sob o enfoque do culto ao personalismo, tradição marcante na história da Venezuela, além dos grupos de interesse e a mobilização da sociedade civil frente às ações do governo. A análise do âmbito doméstico da estrutura institucional do Estado venezuelano é importante para se compreender a fragilidade histórica do sistema democrático venezuelano.

2. Os militares como atores no âmbito institucional

O fortalecimento institucional do exército venezuelano, nas primeiras décadas e meia do século passado, se deu pela conformação de uma espécie de burocracia estatal clientelar civil, expressão do setor proprietário venezuelano. Ambos, militares e civis, eram dependentes dos vultosos ingressos governamentais vindos da exportação do petróleo. Esse fenômeno ajudou a destruir a formação de potenciais instituições políticas representativas de uma autêntica república liberal (IRWING, 2007, p.10).

Na história da Venezuela desde o início do século XX se identificam três tipos de oficiais militares motivados politicamente. Os primeiros são os oficiais que recorrem direta ou indiretamente à política para avançar em

suas carreiras militares. A alta oficialidade do período gomecista¹ era assim. O outro tipo são oficiais que não atentam contra a ordem política estabelecida, pois se servem desta. São exemplos o período de Eleazar Lopez Contreras e Isaías Medina Angarita - são os chamados oficiais pretorianos de direita, organizados pela União Patriota Militar. Há ainda os considerados pretorianos de esquerda, que eram aqueles que estavam comprometidos com os fracassados golpes militares de 1962 que tentaram derrubar o presidente Rômulo Betancourt. Aqui também se podem colocar os oficiais do governo de Hugo Chávez, principalmente aqueles que se identificam com o slogan “pátria, socialismo ou morte”.

A diferença entre os três tipos de oficiais pretorianos referidos acima estão implícitas nas condições políticas que se desenvolvem². Os pretorianos de centro não atentam contra o *status quo* como antes dito, se servem dele. Os de direita são basicamente desenvolvimentistas. São, segundo Irwing (2009), positivistas, pois pretendem avançar na direção de sua ordem e seu progresso e as realizações materiais e a modernização do país são suas bandeiras. Na essência, são partidários de um estado quartel como única via para avançar na direção do progresso material da nação. Os pretorianos de esquerda são partidários de soluções socialistas de diversos tipos. No seu entender o socialismo oferece a única alternativa política possível para vencer o subdesenvolvimento.

O século vinte foi para Venezuela um período de estruturação da instituição militar em nível nacional. A modernização e profissionalização das forças armadas, iniciadas durante o regime de Gómez (1908-1935) foram as duas constantes desse processo.

3. O ensaio do projeto civilista

O projeto civilista lançado pelo Triênio, executivo colegiado que assumia o poder no período, só foi ter forma no fim dos anos setenta em um contexto muito favorável devido à alta dos preços do petróleo e, em consequência, a prosperidade econômica do país. Foi nesses anos que se iniciou a simbiose

1 Juan Vicente Gomez é designado Presidente da Venezuela em 1910, estabelece um pacto-político militar e diminui a força dos caudilhos.

2 A definição de pretorianismo se refere à política abusiva exercida por algum grupo militar. A expressão superior do pretorianismo é o militarismo, quando o castrense invade e domina todo o tecido social. (IRWING, 2009, p. 9).

entre civis e militares, assim como uma fase de acomodação em que os militares redefiniam tanto o seu papel institucional como seus meios de expressão. As forças armadas se modernizam profissionalizando-se, renunciando o seu caráter pretoriano que veio a aparecer novamente no final do século, com a tentativa de golpe de Estado de 1992, protagonizada por Hugo Chávez e a radicalização do regime chavista, a partir do ano de 2001, com a promulgação das chamadas leis habilitantes. E, sobretudo em 2002, depois de outra tentativa de golpe, desta vez contra o próprio presidente Hugo Chávez. (IRWIN; LANGUE; CASTILLO, 2009, p.147)

Entre os anos sessenta e setenta se dava o fracasso da guerrilha de esquerda. Nesse período, se estabelece uma aliança entre as forças armadas com setores civis radicais, considerado nada novo na Venezuela. Em 1971, se fundou o MAS (Movimento para o Socialismo), a partir de uma divisão do Partido Comunista Venezuelano e da consequente eleição de estratégias eleitorais e democráticas. Esse foi o momento em que se intensificava a luta contra a guerrilha, aproveitando-se da assistência americana, uma etapa considerada como fundamental ao processo de profissionalização do exército.

Durante o governo Leoni (1964-1969), os militares estiveram bastante envolvidos com a guerrilha, particularmente nas áreas rurais. Nas questões de defesa externa, os civis encorajaram as forças armadas a se profissionalizarem e gerenciarem as suas próprias relações para maximizar suas capacidades de combate. Isso transferiu aos militares uma expansão de sua autonomia nessas áreas, embora esse novo poder não tenha se estendido ao domínio da política externa (TRINKUNAS, 2005, p. 146).

A contribuição dos oficiais militares capacitados em funções gerenciais vinculadas ao desenvolvimento nacional é antiga na Venezuela. Os militares mais graduados e com formação especializada foram incorporados aos programas de desenvolvimento econômico nacional. Também importantes empresas estatais, como a própria PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A), tiveram seus mais altos cargos ocupados por militares. O próprio Ministério da Defesa quase sempre foi comandado por um militar, quando constitucionalmente poderia ter sido ocupado por um civil.

4. A constituição venezuelana – o papel dos militares

Em matéria de relações civis e militares e de segurança e defesa, analisar a constituição nacional da Venezuela é fundamental porque é o máximo texto

jurídico que impõe aos militares os limites de sua intervenção política e o controle sobre a utilização da força e da violência.

A constituição venezuelana no passado limitou o campo de ação e de desenvolvimento das forças armadas nacionais e fixou princípios fundamentais nos quais não podem apartar-se sem desvincular suas funções próprias. Assim, de acordo com a Constituição de 1961, as forças armadas são uma instituição profissional, impessoal e apolítica a serviço exclusivo da nação e tem por objetivo fundamental a defesa do país e da manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis. Seus membros não podem exercer o direito ao voto, pertencer a grupos políticos e nem tomar parte nesse tipo de atividade enquanto permanecem em serviço ativo.

O texto da Constituição de 1961 foi estabelecido de acordo com a filosofia política do Pacto de PuntoFijo³ que impôs obrigações à instituição militar. Estabelecer taxativa e explicitamente que as Forças Armadas são uma instituição apolítica e, ao mesmo tempo, têm como objetivo fundamental a manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis seria um contra senso. Com efeito, não se pode ser apolítico se há como objetivo fundamental a manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis. O problema da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis é um problema tipicamente político do Estado moderno. Como consequência, a Constituição de 1961 instituiu o germe da mais pura estirpe pretoriana da moderna democracia venezuelana, já que a estabilidade política e o cumprimento da constituição e das leis tornaram-se um problema militar. Esses são assuntos da mais pura e absoluta competência do poder político civil, que introduziu a instituição das forças armadas na luta pelo poder político venezuelano (CASTILLO, H., 2007, p. 74).

Na Venezuela, o papel político que tinham os militares como atores na democracia estava implicitamente fixado no Pacto de PuntoFijo e na Constituição de 1961. É limitado a estabelecer que o sistema de controle civil se basearia centralmente, por uma parte, na figura do Presidente da República e, em outra, na manutenção de uma profunda divisão administrativa entre

3 Acordo político firmado em 31 de outubro de 1958, entre os três grandes partidos venezuelanos – a Acción Democrática (AD) e a Unión Republicana Democrática (URD), de centro-esquerda, e o social-cristão Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) -, para assegurar estabilidade ao país, após a derrocada da ditadura de Marcos Pérez Jimenez alguns meses antes das eleições de dezembro do mesmo ano.

as forças militares. Da mesma forma, permitiu um exagerado grau de autonomia e uma abusiva intervenção em política⁴.

Como consequência de tudo isso, a ameaça pretoriana para a democracia e a sociedade, com seus avanços e retrocessos, esteve historicamente presente, o que impediu a consolidação definitiva de um controle civil institucional sobre os militares.

Outra característica que os militares foram consolidando, produto da confrontação durante os anos da Guerra Fria, foi classificar como segredo de estado ou militar qualquer tipo de informação relacionada à segurança e defesa por mais banal que fosse. A legislação venezuelana, nesse aspecto, está atrasada, principalmente nos tempos de desenvolvimento da internet e das comunicações em geral. Isso trouxe como consequência, entre outras coisas, que os estudos realizados dentro do país sobre relações civis e militares, pensamento estratégico e segurança e defesa sejam quase que exclusivamente de produção militar. Sem falar na crescente participação em postos civis da burocracia governamental.

Na América Latina se observa que governos de esquerda reformistas, ao chegarem ao poder, implementaram mudanças com reformas constitucionais. Por trás das reformas há um objetivo político que necessita de bases legais que permitam as mudanças na normatividade jurídica, facilitando, assim, o trabalho para instituir uma nova legislação militar que sustente sua legitimidade em um regime democrático.

O constitucionalismo vem assumindo diversas feições e encontra solo fértil na América Latina, por ocasião da reconstrução democrática do subcontinente no último quartel do século XX, após a dura quadra enfrentada pelas suas sociedades sob regimes de força. A configuração assumida pelo atual constitucionalismo latino-americano passou a ser designada como “novo constitucionalismo”. Há muitas discussões se há mais um componente de ruptura ou de continuidade desta nova feição constitucional em relação ao constitucionalismo tradicional. Encontramos presente nas novas constituições latino-americanas algumas contribuições originais que demonstram essa trajetória do constitucionalismo na região.

4 A Constituição atual aponta para 23 o total de atribuições conferidas ao Presidente da República. Muitas dessas atribuições são as mesmas conferidas na constituição de 1961. A carta de 1999 também atribui ao presidente algumas faculdades que reforçam o presidencialismo e debilitam o poder legislativo representado no poder central pela Assembleia Nacional. O Parlamento tornou-se unicameral, com o desaparecimento do Senado, que possuía, anteriormente, atribuições de participar na seleção dos militares (MÁRQUEZ, 2004).

No início da década de 90, as novas Constituições da América Latina apresentaram-se como uma resposta inovadora à crise constitucional. São propostas de superação do conceito de constituição como mero limite ao poder constituído, na proporção em que avançam ao apresentar uma fórmula democrática em que o poder constituinte expressa sua vontade também sobre a configuração e limitação da própria sociedade. Por outro lado, as novidades no direito constitucional, justamente por envolverem uma íntima relação entre democracia, governo e direito, fundamentos do constitucionalismo em geral, acabam por não consolidar-se em sua totalidade.

Autores como Luigi Ferrajoli postulam uma classificação das constituições em três gerações: a primeira, aquela das liberdades, a segunda sendo a do constitucionalismo dos direitos sociais e, por último, um constitucionalismo de terceira geração, marcado pelo aumento das esferas de indecidibilidade e das garantias que, partindo da Constituição brasileira de 1988, chega às novas Cartas latino-americanas. (FERRAJOLI, 2012, p. 232)

É importante sempre levarmos em consideração os riscos para a democracia quando o apelo ao povo que sustenta teoricamente o novo constitucionalismo apresenta aspectos problemáticos. Se por um lado é feito um forte apelo democrático, corre-se sempre o risco de que, pela adoção desse mecanismo, se acabe por aniquilar a democracia. À vontade popular (soberania popular) é deferida a possibilidade de alteração da Constituição sem limites, pode-se acabar repetindo as experiências facistas e/ou nazistas, ou seja, a entrega formalmente democrática do poder a quem vai aniquilar a democracia. Dessa forma, o aspecto do direito do Estado não deve ser descurado em favor da democracia procedimental.

Quadro 1 – Países que realizaram reformas constitucionais na América Latina instituindo nova legislação militar

País	Sistema Jurídico	Natureza	Capacidade Militar
Venezuela	Constituição de 1999	Principal ator político interno	Exército de massa, incremento da reserva e guarda nacional

País	Sistema Jurídico	Natureza	Capacidade Militar
Bolívia	Nova Constituição (assessoramento por parte da Venezuela)	Democratização da Defesa, projeto de mudanças	Potencial aumento das Forças Armadas (Assessoramento por parte da Venezuela)
Equador	Nova Constituição	Mudanças substanciais	Fortalecimento com base na nova constituição
Nicarágua	Mudanças Constitucionais em processo		
Paraguai	Mudanças Constitucionais em processo		

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor a partir da obra Irwing, Langue e Castillo, 2009.

Observa-se que grande parte das modificações que se introduzem na legislação militar estão orientadas a mudar o papel fundamental de ser uma instituição apolítica de dedicação exclusiva à defesa e segurança da nação. É dado aos militares um papel protagônico em matéria política, social e econômica com uma intervenção em assuntos internos de total ingerência e domínio civil em nível de tomada de decisões e da condução da política de Estado. Isso tudo converte os militares como instituição orientadora da sociedade e de tomada de decisões no mais alto nível do Estado com todas as repercussões que isso implica.

5. As relações civis militares no governo de Hugo Chaves Frias e Nicolás Maduro

A instituição militar tem sido historicamente a garantia da ordem política e constitucional da nação. Constitui a defensora por excelência do bem comum, dos interesses permanentes do Estado e das exigências de segurança e defesa para a integridade territorial da nação. Não obstante, o papel

dos militares na democracia representativa tem antecedentes em um longo período da história da América Latina. Isso obedece a um modelo político que estabelece limites dentro do marco jurídico do Estado ao poder dos militares, nessa atividade político-jurídica, fundamentada na premissa da nação de que a integridade político territorial do Estado, assim como dos cidadãos, deve se proteger de potenciais inimigos externos e de organizações que poderiam subverter a ordem política e social interna. Nesse âmbito, cada Estado determinou o uso ou não da defesa em assuntos internos.

Na democracia representativa como fórmula adotada pela maioria dos países latino-americanos, o papel dos militares se fundamentou de acordo com os princípios descritos por Samuel Huntington na sua obra *O Soldado e o Estado* (1995) dando a ele um papel de dedicação exclusiva e apolítico com uma clara divisão entre o papel dos civis e dos militares em matéria de defesa que permite aos cidadãos contar com uma instituição sólida e preparada profissionalmente para a missão constitucional, e aos membros da instituição atuar dentro do marco profissional em apoio aos mais altos interesses da nação e não a uma parcialidade política⁵ (SAAVEDRA, 2009, p. 125).

Samuel Huntington nos oferece em sua análise da relação civil-militar o que seria uma clara divisão de papéis dos civis e dos militares para assegurar o domínio do poder civil sobre os militares. Isso através do chamado Controle Objetivo, forma de controle civil baseado no esforço para incrementar o profissionalismo do corpo de oficiais aprofundando sua atuação em uma esfera independente da política. Em sua opinião, é a forma preferível de controle civil contrastando-a com o que chama de *Controle Subjetivo*, no qual está orientado a civilizar os militares, dando a eles um papel político ou controlando-os através de uma elite civil. Essa elite permite ao corpo de oficiais preservar um papel como condutores da sociedade civil. Em definitivo, o controle objetivo nos oferece uma simples fórmula para a condução política e a educação do corpo de oficiais e nos facilita não só o controle civil e a governabilidade constitucional, mas também o êxito de estratégia militar do Estado (HUNTINGTON, 1995).

5 A democracia representativa é forma de governo na qual o povo delega soberania a autoridades eleitas periodicamente mediante eleições livres. As autoridades eleitas têm o dever de atuar conforme os interesses dos cidadãos. Nesse sistema de governo a instituição militar fundamenta sua atividade nos seguintes princípios: apoliticismo, não deliberante e de dedicação exclusiva a suas funções profissionais de defesa, e segurança do Estado sob o controle e supervisão do governo civil.

As mudanças na legislação que instituem um novo papel para as forças armadas a partir do governo Hugo Chávez produzem uma completa distorção no corpo de oficiais educados e que se desenvolvem em uma sociedade democrática representativa com valores e princípios que são alterados criando, assim, confusão no pensamento sobre noção de força militar e seu papel em uma sociedade democrática⁶. Esses exemplos são identificados na Venezuela em decisões do governo de implementar slogans como “*socialismo, pátria ou morte*”. A confusão no corpo de oficiais gera divisões internas por motivos de pensamento político, ao introduzirem o debate ideológico na instituição (SAAVEDRA, 2009, p.129).

As relações civis–militares instituídas no projeto bolivariano trazem importantes mudanças⁷. A participação política não é canalizada pelas instituições tradicionais da democracia – os partidos políticos – ainda que a revolução conte com partidos políticos oficialistas, como o Movimento Quinta República (MVR), cujo presidente é o próprio mandatário nacional, assim como outras organizações partidárias como o Pátria para Todos (PPT) e partidos menores de estruturas frágeis.

O “bolivarianismo” como ideologia é difícil de ser compreendido. Seu principal inspirador, durante o primeiro ano de governo, citava Tony Blair, Neruda, Napoleão, De Gaulle e em várias oportunidades afirmava que não era marxista e sim bolivariano. Hugo Chávez, durante muito tempo, alimentou uma visão de si mesmo como homem predestinado. O presidente cresceu em uma situação de pobreza respeitável em Sabaneta, pequena cidade nas planícies do estado de Barinas. Nos anos 60, conheceu líderes de um pequeno grupo de esquerda fundado pelos sobreviventes das guerrilhas venezuelanas dos anos 60. Será a partir daí que Chávez adotará a imagem da árvore de três raízes do nacionalismo radical tirado

6 Importante o leitor revisar as obras de Guillermo O’Donnell que trouxe a insistente preocupação em compreender os novos autoritarismos emergentes em alguns países da América Latina que o levou, anos mais tarde – em *El Estado Burocrático-Autoritario* – a observar pacientemente e criticamente as características e contradições inerentes a essas novas formas de organização da dominação social e de estruturação do poder político. Depois, estudou as características da relação entre o Estado “e” a sociedade em relação aos atores, suas alianças e a estruturação do poder político e social.

7 Grande parte dos militares que atingiram cargos relevantes no processo decisório venezuelano é oriunda do Plano Andrés Bello, que produziu após os anos 70 gerações de cadetes que compartilhavam fervente nacionalismo, além de uma aproximação com os ensinamentos do herói da independência venezuelana Simón Bolívar. Esses cadetes também eram influenciados por uma formação populista, igualitária e com uma perspectiva utilitária para com a democracia. A história era ensinada de forma a romantizar as guerras de independência e os escritos de Simón Bolívar (TRINKUNAS, 2005, p.162).

da história venezuelana – uma inspiração à qual sempre se referia (REID, 2007, p. 180).

Há diversas opções políticas que compõem a ideologia bolivariana que se converte a uma espécie de neopopulismo. Seria uma “árvore sustentada em três raízes” (Simon Bolívar, Simon Rodriguez e Ezequiel Zamora) presentes no imaginário popular venezuelano e, da mesma forma, na controvertida influência do sociólogo revisionista argentino Norberto Ceresole, defensor da ideia da relação entre “caudilho – exército – povo”. (IRWIN; LANGUE; CASTILLO, 2009, p.151). Nesse sentido, é importante retomar os estudos sobre populismo.

Na academia, estudos sobre o populismo apontam duas vertentes influentes no debate latino-americano. Na Argentina, Brasil e México com os processos de urbanização e expansão do proletariado industrial explanam o desafio de integrar no sistema político as massas emergentes. As práticas demagógicas e personalistas são apontadas como parte de um contexto de mudança e instabilidade que tende a ser equacionado mediante um estado de compromisso, em que parte dos grupos dominantes consideram a necessidade de conferir legitimidade às demandas dos setores populares. Outra vertente de estudos considera o populismo focando o surgimento de demandas que unificam grupos, institucionalizam demandas mediante movimentos sociais e geram identidades.

A emergência do populismo no caso da Venezuela está associada à emergência de demandas insatisfeitas, à cristalização de todas elas em torno de certos símbolos comuns e à emergência de um líder cuja palavra encarna esse processo de identificação popular. O retorno do populismo latino-americano é um fenômeno não restrito à região, em que a política assume uma variedade de discursos cujo grau de indeterminação é proporcional aos impactos locais de processos de origem e cada vez mais dispersa e de velocidade crescente. (AYERBE, 2008, P. 270-271)

Atualmente, na Venezuela bolivariana, a participação política é canalizada fundamentalmente através dos programas sociais, altamente trabalhados politicamente nas múltiplas *Misiones*, em grande parte promovida pelas próprias forças armadas.

As *Misiones* procuram reparar as deficiências do Estado venezuelano via Forças Armadas. É considerado um dispositivo constitucional, quase *ad hoc*, mediante o qual o governo pretende influir, na forma de choque, em áreas relacionadas com educação, alimentação, saúde e nas funções

básicas de redistribuição (em relação às instituições do Estado que se mostram impotentes). Tais Missões, que deveriam ter um caráter transitório, estão se convertendo em mecanismos cada vez mais duradouros e permanentes, sem que sejam formalizadas ou substituídas pela institucionalidade regular, com carência e desconcontroles públicos (sociais e estatais). Com isso, o Estado debilita-se mais, já que ainda não se consegue realizar a redistribuição com a eficiência requerida para diminuir substancialmente a desigualdade (SANJUAN, 2007, p.12).

A análise desenvolvida até o momento na Venezuela aponta para uma realidade irrefutável desde o ponto de vista histórico; no caso venezuelano, desde o próprio início da vida republicana no século XIX até nossos dias. Inclui-se atualmente a experiência bolivariana liderada por Hugo Chávez Frias em 1992 e o seu sucessor Nicolás Maduro. É o setor militar que tem supremacia sobre os civis no que diz respeito à gerência política da sociedade, sendo o setor militar o que constitui o fator básico do poder público, pelo que é ingênuo pensar que exista um controle civil consolidado.

O rompimento com o passado puntofijista e a necessidade de saídas rápidas exigidas pela população empobrecida levou à condução da necessidade de um grande líder, um homem forte que salvasse a sociedade dos políticos corruptos e ineficientes. Esse será “a deixa” para a emergência do novo pretorianismo dentro da instituição das Forças Armadas da Venezuela, que hoje, sob o projeto bolivariano, encontra espaço para obter os privilégios que sempre desejou. Para os revolucionários bolivarianos a base do poder político não se encontra no voto ou através das decisões de partido, mas sim nas próprias Forças Armadas.

A Venezuela continua a enfrentar um dilema particular no sentido de estabelecer autoridade política. O regime não é puramente democrático nem puramente revolucionário. A revolução pregada pelo líder máximo da nação começou como uma democracia forte, mas gradualmente se moveu em direção a um governo concentrado dando mais ênfase a objetivos revolucionários e com poucos controles democráticos.

O bolivarianismo teve o desafio de convencer os militares que tem sido historicamente comprometido com o processo democrático para que eles aceitassem o processo revolucionário da administração. O presidente desenvolveu sua autoridade de diversas formas, incluindo o desenvolvimento de alianças com lideranças militares, encorajando-os a adotar os valores do

novo regime, permitindo à política de defesa e segurança ter prioridade sobre a política militar (NORDEN, 2008, p.5-7).

É interessante identificarmos nos discursos do presidente o constante chamado ao povo e a imagens libertadoras para nação como (tradução nossa)⁸:

Todos vocês mulheres e homens são a guarda territorial e, onde houver um venezuelano, terão a obrigação de trabalhar pela defesa da pátria, do território, do Estado, pela república e pela revolução. Somos parte do exército e da marinha libertadora. Somos soldados libertadores junto a um povo libertador. (FRÍAS, 2005)⁹.

Ou ainda quando se observam os constantes chamados para defesa ante as “ameaças imperialistas” como (tradução nossa):

Devemos recuperar nossas raízes libertadoras e anti-imperialistas e estar preparados ante as ameaças norte-americanas que são a principal ameaça que temos. Necessitamos estar preparados desde a alma e desde nossas raízes da grandeza de nossa história, de nossos mártires e de nosso povo.” (FRÍAS, 2006)

Débora Norden (2008, p. 5-7) salienta que, de alguma forma, a constituição de 1999 renunciou tanto o futuro do governo quanto a sua expectativa ante o papel dos militares na administração. Segundo a autora, a transformação doméstica é um elemento essencial em qualquer regime revolucionário e os militares são, frequentemente, peças importantes do processo. Portanto, trocar as forças armadas em direção a um papel mais politizado e reforçando suas funções internas – sem perder o seu mandato simultâneo de defensor do país – condiz com os objetivos de Chávez em mudar o país em direção ao socialismo. Consequentemente, a proposta de reforma constitucional de 2007 definiu as missões militares com o propósito de se encaixar ainda mais nesse propósito, além de reestruturar as forças armadas de maneira a aprofundar e defender o regime revolucionário.

8 Do original em Espanhol.

9 Alguns discursos do Presidente da República dirigidos aos militares podem ser encontrados em Venezuela (2010).

Quadro 2 – Resultado do Referendo de 2007 com relação à proposta de nova alteração da Constituição de 1999, principalmente ante os votos a favor das propostas apresentadas pelo Presidente da República versus a eleição presidencial de 2006: grau de aceitação das mudanças por parte da sociedade civil

	Votos a favor das propostas apresentadas pelo Presidente da República no Referendo	Eleições Presidenciais de 2006	Diferença
Venezuela	4.379.392	7.309.080	2.929.688
Total de votos nos estados principais	2.471.591	4.087.439	1.615.848
Total no resto do país	1.907.801	3.221.641	1.313.840
Zulia	472.462	724.254	251.792
Distrito Capital	392.489	658.487	265.998
Miranda	422.811	692.717	269.906
Carabobo	367.532	583.773	216.241
Aragua	324.745	537.769	213.024
Lara	284.726	515.715	230.989
Anzoátegui	206.826	374.724	167.898

Fonte: Venezuela, 2011a.

Apesar do fracasso do projeto de reforma constitucional por uma escassa maioria dos participantes pela convocação de um referendo, a proposta de reforma permanece significativa ante a incorporação dos conceitos do governo para implementação do regime que tem tentado criar¹⁰. O projeto

10 Com respeito às missões militares a reforma constitucional de 2007 salientava que: “ as forças Armadas Bolivarianas constituem um corpo essencialmente patriótico, popular e anti-imperialista...as Forças Armadas serão organizadas pelo estado para garantir a independência e soberania da nação, defendê-la

de reforma se caracterizava por favorecer um alto grau de centralização e outorgava importantes atribuições ao executivo nacional concentrados na figura do Presidente da República.

6. O presidencialismo e o sistema de partidos – o culto ao personalismo na Venezuela

A tendência ao personalismo na política latino-americana é reforçada pelos laços fortes entre líderes e seguidores, entre aqueles que detêm os recursos à sua disposição e aqueles que necessitam dele. Durante a metade da década passada, a maioria dos países latino-americanos experimenta a democracia de massa pela primeira vez. Esse período foi fortemente marcado pelo populismo e por lideranças personalistas fortes¹¹. Os populistas faziam comícios públicos com retóricas inflamadas contra o imperialismo e a oligarquia local.

É importante se considerar que a liderança populista e sua característica carismática, de acordo com a análise de Max Weber é entendida como uma ação social interativa de um processo que nos permite conceber como o líder populista é criado pelos seus seguidores e como eles mesmos se fazem líderes. Outro aspecto é a imagem de sacrifício e do interesse, vontade de correr riscos em benefício dos mais necessitados ou menos privilegiados. É assim como o líder através de seus discursos que são temas de interesse político, enfocados a satisfazer as populações mais necessitadas, o faz em uma linguagem de fácil entendimento¹².

O presidencialismo como forma de governo se instala na Venezuela desde a dissolução da *Gran Colombia* em 1830. O regime se desviou para

de qualquer ataque externo ou interno e assegurar a integridade do espaço geográfico através do estudo, do planejamento e execução da doutrina militar bolivariana, os princípios de defesa integral e da guerra popular de resistência e na cooperação nas tarefas de manter a ordem de segurança dos cidadãos e ordem interna, assim como uma ativa participação nos planos de desenvolvimento da nação nas áreas econômicas, sociais e de desenvolvimento tecnológico da nação, de acordo com a Constituição e a lei (Art.328, Proposta de Reforma da Constituição da República Bolivariana da Venezuela).

11 A tendência ao personalismo reforça o estilo de política conhecido como “populismo”. O populismo pode ser descrito como uma prática de apelo ao suporte das massas defendendo as causas do povo mais simples contra as elites mais poderosas ou ainda pode ser definido como um estilo de política caracterizado por um líder carismático que evoca lealdades emocionais fortes das massas seguidoras se utilizando da difusão do ódio contra as elites privilegiadas e fortes e, também, alega a traição do bem-estar nacional pelos interesses estrangeiros. (HELLINGER, 2011, p.143).

12 Weber, Max. *Economia y Sociedad*. Editorial Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1993.

fórmulas consideradas personalistas, autocráticas, ditatoriais e tirânicas, dependendo da característica do governante ao longo da história desse país¹³.

Neste estudo, considera-se o personalismo como um exercício autoritário e autocrático de poder, pois está acompanhado do abuso, da arbitrariedade e do manejo dos recursos do Estado para o benefício do próprio mandatário e de seu projeto político e de seus partidários. Este último inclui a organização política ou militar que o respalda e aos familiares do mandatário. Em regimes personalistas se fratura a independência e o equilíbrio entre os poderes públicos. O Estado de direito tende a desaparecer, já que as instituições buscam dobrar-se à vontade do governante, que se converte no máximo e único poder. Sua força não reside tanto no respaldo popular (que pode ter), mas no exército ou nos grupos civis armados que o respaldam. A vontade do líder se impõe até o ponto em que as leis e o sistema institucional estejam adequados a seus interesses (MÁRQUEZ, 2004, p. 59).

O sistema bipartidista nos anos 80 se mantinha em pé, mas a legitimidade dos principais partidos políticos começava declinar progressivamente a partir do início da crise econômica produzida pela aguda redução de divisas provenientes do petróleo em combinação com a dívida externa contraída durante a época dos altos ingressos durante os governos de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), Luis Herrera Campis (1979-1984).

A manifestação concreta da forma de partidismo clientelar na Venezuela se materializa quando somente os seguidores do projeto bolivariano obtêm emprego particular ou benefícios do governo, como os microcréditos ou os grupos educativos nas missões. Infelizmente, não existe uma base de dados que indique o quanto é estendida essa prática. Não obstante, é sempre importante se considerar que essa prática não foi criada pelo governo atual. Na Venezuela, o partidismo é uma prática comum desde a quarta república, quando era necessário ser membro de um dos partidos dominantes, AD ou Copei, para conquistar bons cargos e receber benefícios.

13 O presidencialismo para que não se desvie para formas personalistas e autocráticas deve estar antecedido por vários pressupostos fundamentais. Dentre eles, que o voto popular em eleições livres e transparentes seja fonte de sua autoridade. Em segundo lugar, que exista um sistema de instituições sólidas que atuem como contrapeso ao executivo e que cumpram com autonomia as responsabilidades e competências que se destinem à constituição e às leis e que garantem a alternabilidade no poder das distintas forças e partidos que se movem no cenário político (DAHL, 1997).

Atualmente partidos políticos institucionalizados de forma frágil exibem importantes características operacionais que contrastam com aquelas dispostas por sistemas de partidos altamente institucionalizados. Aqueles tendem a ser mais personalistas, menos estáveis e mais condutivos a movimentos populistas, além de mais voláteis. Sistemas de partidos políticos institucionalizados de forma frágil também diminuem a capacidade dos votantes em forçar o *accountability* dos eleitos e, devido ao alto grau de volatilidade, aumentar os níveis de insegurança entre os atores sociais, políticos e econômicos. A fraca institucionalidade dos partidos políticos enfraquece a capacidade da democracia em resistir a um deslize em direção ao autoritarismo (MOLINA, 2003, p.172).

Apesar da diminuição no grau de institucionalização do sistema de partidos políticos na Venezuela, observam-se na cultura popular orientações de suporte à democracia. Isso sugere que um sistema de partidos políticos, que diminui o seu grau de institucionalidade que havia conquistado anteriormente, está mais resistente ao retorno de um governo autoritário do que sistemas de partidos que nem sempre foram pouco institucionalizados. Isso se deve, em grande parte, ao período dos anos 60 e 70, nos quais a prática democrática no país foi constante.

Quadro 3 – Pesquisas demonstradas pelo Latinobarômetro de 2011 – diminuição no apoio à democracia

Países onde diminuiu apoio à democracia	2010	2011	Diferença de apoio 2010-2011	Diferença PIB 2010-2011	Variação imagem de progresso
Guatemala	46	36	- 10	1,2	- 6
Honduras	53	43	- 10	0,2	- 3
Brasil	54	45	- 9	- 3,5	- 16
México	49	40	- 9	- 1,4	- 2
Nicarágua	58	50	- 8	- 0,5	- 3
Costa Rica	72	65	- 7	- 1	- 13
Venezuela	84	77	- 7	5,8	- 3

Países onde diminuiu apoio à democracia	2010	2011	Diferença de apoio 2010-2011	Diferença PIB 2010-2011	Variação imagem de progresso
Colômbia	60	55	- 5	1	- 1
El Salvador	59	55	- 4	1,1	- 3
Bolívia	68	64	- 4	1,2	- 11
Equador	64	61	- 3	2,8	2
Peru	61	59	- 2	- 1,7	9
Chile	63	61	- 2	- 1,1	- 26
Panamá	61	60	-1	1	- 3
América Latina	61	58	- 3	- 1,3	- 4

Fonte: Latinobarômetro, 2011.

Segundo o Latinobarômetro, a diminuição do apoio se dá por motivos bastante distintos e com variações do crescimento diametricamente opostas, assim como a queda na imagem de progresso que não está correlacionada com o crescimento econômico.

A revolução bolivariana pregada pelo regime exalta seu objetivo de instituir uma democracia participativa, mas, de outra parte, acentua e promove o personalismo político¹⁴. A experiência democrática da Venezuela na etapa do declínio do bipartidismo (1988-1998) trouxe o declínio da democracia de partidos. Este período pode ser identificado com o surgimento de duas clivagens. Em primeiro lugar, a subclivagem Estado/Mercado, mais estrutural que funcional, que se expressa claramente no governo tecnocratazante de Perez, desde o fim dos anos 80 e que impulsionou políticas de corte neoliberal tendentes a reduzir o intervencionismo estatal, por um lado, e as forças do declinante partidismo, defendendo com cada vez mais

14 A Carta Magna da Venezuela de 1999, aprovada por referendo popular, converteu a democracia venezuelana em “participativa e protagônica”, mantendo os princípios e mecanismos da democracia representativa da constituição de 1961 no seu artigo 5, mas a complementou com um conjunto de instrumentos de democracia direta. Em concordância com essa nova concepção diz o artigo 6 referente aos princípios fundamentais: “O governo da República Bolivariana da Venezuela e das entidades políticas que o compõem é e será sempre democrático, participativo, eletivo, descentralizado, alternativo, pluralista e de mandatos revogáveis” (tradução nossa).

necessidade um ilusório Estado de bem-estar, que se revelou ineficiente no cumprimento de sua fusão de direção e controle social, por outro.

Segundo Jimenez, com a debilitação da democracia partidista, a ofensiva cívico-militar a partir de Chávez começou por identificar-se por uma ideia geral, mais abstrata que real, de uma “democracia participativa e protagônica”, incorporada pelo esforço em substituir a democracia representativa dos “partidos corruptos do puntofijismo”. Esse tipo de democracia foi incorporada na constituição de 1999, expressando a vontade política de rechaçar o passado, representando um fator fundamental na determinação dos objetivos emblemáticos do “processo de mudanças profundas”, proposto por Chávez e o chavismo no poder (JIMENEZ, 2009, p.166).

Com as eleições regionais e presidenciais de 1998, foi tomando corpo uma nova clivagem, a de democracia de partidos/democracia plebiscitária, resultado da fratura social e política entre os portadores de uma democracia real e os de uma nova democracia participativa. Desde suas origens em 1992, o chavismo vem apresentando-se como a expressão de uma nova democracia que, conduzida pelo líder plebiscitário, se propõe a substituir a hegemonia bipartidista do passado recente.

Apoiamo-nos na conhecida proposição de Max Weber em sua sociologia da dominação que, vinculando as práticas democráticas com as plebiscitárias, promovem ensaios democráticos proclives ante o reconhecimento de chefes carismáticos.

Trata-se de uma espécie de dominação carismática oculta sob uma forma de legitimidade derivada da vontade dos dominados e somente por ela perdurável. O chefe (demagogo) domina de fato em virtude da devoção e confiança pessoal de seu séquito político. Em circunstâncias tais que ‘o chefe é somente aquele a que a máquina obedece, mesmo que por cima do Parlamento’. A criação de máquinas semelhantes significa com outras palavras, a chegada da democracia plebiscitária (WEBER, 1993, p.215 e 1084).

O componente cesarista das democracias, dentro de uma política de massas, não exclui a lógica clientelista que logrou impor-se em um eleitorado desencantado e por ele desconfiado, proclive às formas plebiscitárias da seleção dos líderes políticos. O presidencialismo latino-americano promoveu tradicionalmente essa seleção plebiscitária, particularmente naquelas épocas de transição a um novo regime. Quando a posição do presidente plebiscitá-

rio descansa na confiança das massas de seu país e de modo algum na confiança do Parlamento (lugar privilegiado dos partidos), a seleção plebiscitária se superpõe à seleção proveniente da luta parlamentar. De modo tal que o poder do presidente plebiscitário entra em relação direta com a debilitação do poder do parlamento (dos partidos) a tal ponto que o primeiro, eleito diretamente pelo povo, necessariamente tende a se colocar por cima do parlamento.

Na América Latina, a propensão do líder carismático à arbitrariedade das decisões foi sempre canalizada em direção à reafirmação personalizada do tradicional presidencialismo. Nesse sentido, o conflito que se estabelece entre o líder plebiscitário com os membros do parlamento que escapam de seu controle tem sido a fonte de várias tensões sociais e desequilíbrios que, em larga medida, se constituíram com frequência em fonte de instabilidade político-institucional. A liderança populista carismática resulta, por consequência, reativa às formas de competição democrática, inclinando-se sempre à personalização de todas as ações e decisões governamentais.

Na medida em que se consolida um discurso, inscrito dentro da lógica amigo/inimigo, ele divide e polariza todo o campo político. Às estratégias dominantes da liderança plebiscitária vão incorporando posturas morais e éticas excludentes, desembocando no cultivo de atitudes políticas sectárias e intolerantes do líder e seus seguidores em direção a todo o adversário político.

O Chefe de Estado em um regime presidencialista se constitui no centro de atenção a que os meios de comunicação no país geralmente dão atenção. Hugo Chávez e Nicolás Maduro excedem os limites do usual na utilização desses meios. As cadeias de rádio e televisão se convertem em mecanismos através dos quais o presidente rouba a cena nacional. Quando se questiona esse comportamento ao Presidente da República, ele contra argumenta salientando que as redes de televisão privadas se mantêm todo dia com ataques ao presidente e a seu governo e à revolução bolivariana. Segundo sua opinião, os meios são golpistas.

O regime bolivariano, intitulado como revolucionário, tem sido objeto de interesse em trabalhos publicados em periódicos fora da Venezuela. Inclui trabalhos que vão desde elogio interessado, aqueles que indicam o movimento bolivariano como um legado do libertador Simón Bolívar¹⁵, até

15 O culto secular a Bolívar na Venezuela sobreviveu inalterado por muitas gerações. Sucessivos presidentes e generais, corruptos, patrióticos, fúteis todos se utilizaram da imagem do libertador (GOOT, 2000, p.92).

aqueles que consideram o chavismo como a força da “revolução bolivariana”, ou como “a quarta via ao poder” ou ainda, como o primeiro pensador revolucionário que produziu a Grande Pátria desde os anos sessenta como Dieterich (2001). Segundo o ex-chanceler do México, Jorge Castañeda (1993, tradução nossa)¹⁶:

se admite que nos países latino-americanos se requerem poderes executivos fortes e democráticos, mas à diferença do passado, que não sejam autoritários e que não se perpetuam na cadeira presidencial e se veem obrigados a confirmar e consolidar consensos em apoio a suas propostas e a aceitar suas derrotas quando as sofram. Algo um tanto distante da experiência de Chávez no poder.

Identifica-se que as fragilidades da democracia na América Latina são refletidas no problema dos mecanismos de controle e de imperfeições nos mecanismos de representação política. A fragilidade dos freios e contrapesos na região manifesta-se de diversas formas: poderes executivos controlando o processo legislativo, legislaturas que apenas carimbam as decisões do executivo, poderes judiciários dependentes, meios de comunicação manipulados e pouco controle exercido por instituições, tais como ministérios públicos, Tribunais de Contas e as Controladorias.

A debilidade do bolivarianismo na Venezuela está sustentada por uma circunstância comum aos presidencialismos considerados hegemônicos: todos têm dificuldade de criar regras verossímeis que não somente seus adversários, mas também e, principalmente, seus próprios aliados, respeitem e assimilem em situações de crise (CAVAROZZI, 2010, p.30).

16 Do original em Espanhol.

Quadro 4 – Principais diferenças entre a doutrina do puntofijismo e a bolivariana, instituída pelo governo da Venezuela a partir do governo de Hugo Chávez

Categoria Conceitual	Característica Projeto Puntofijista	Característica Projeto Bolivariano
Sistema de Poder	Sistema Cívico Radical	Pretorianismo de Massas
Orientação Política	Social democrata e social cristã	Revolucionaria esquerdista
Doutrina de Segurança	Segurança Nacional (Interna)	Desenvolvimento integral e defesa exterior (EUA e a Guerra Assimétrica)
Natureza Social	Policlassista	Monoclassista (setores populares)
Fator Básico de Poder	As cúpulas bipartidistas do AD – COPEI	As Forças Armadas
Controle Civil	Por consolidar	Precariamente Consolidado com tendência fusionista

Fonte: Irwin, Castillo e Langué, 2007, p.170.

No quadro se identifica que o controle civil nunca chegou a ser consolidado na democracia venezuelana, o que levou à constante interferência dos militares.

7. Grupos de interesse e a mobilização da sociedade civil da Venezuela frente às ações do governo venezuelano

Mesmo que a sociedade civil esteja atenta, se exige organização para que possa participar dos processos políticos. De forma mais ampla, há três formas da opinião pública exercer influência ativa sobre a política externa: através dos movimentos políticos populares, por meio de partidos ou por meio de demonstrações menos estruturadas. É evidente que houve um aumento dos grupos de interesse que influenciam a política externa de di-

ferentes países desde 1945. Hoje, os grupos de interesse são mais visíveis e adquiriram um grau maior de legitimidade informal nos sistemas políticos da sociedade contemporânea, onde governos necessitam de diálogo com seus cidadãos em uma grande quantidade de questões.

Geralmente, os grupos organizados da sociedade civil não possuem capacidade para regulamentar ou decidir de forma constitucional como um país deverá se posicionar sobre determinado assunto de política doméstica ou internacional, mas esses grupos são variáveis intervenientes que podem ou não influenciar nas decisões governamentais de política externa em alguns momentos. Os grupos de interesse acessam as administrações no sentido de ter representados seus interesses nas mais diversas ordens, econômica, sociais ou culturais (FIGUEIRA, 2011, p.153).

Na Venezuela, uma das mais significativas mudanças desde 1958 foi a evolução da sociedade civil organizada. Durante esse período, organizações e movimentos sociais com novas identidades, concepções de cidadania e projetos sociais ocuparam espaços políticos e desenvolveram novas estratégias de interação com o Estado. Seus objetivos em ganhar legitimidade como atores e interlocutores na esfera pública foram atingidos nos anos 80 como parte do processo de descentralização. Tiveram de igual forma sucesso em incorporar suas demandas fundamentais na agenda pública nacional, particularmente durante a Assembleia Constituinte de 1999 (GARCIA-GUADILLA, 2003, p. 179).

O Pacto de PuntoFijo permitiu acesso aos atores como a igreja, os militares, os sindicatos e os representantes dos grandes negócios para que interagissem entre o governo e a sociedade. A partir da nova constituição bolivariana, se abriu novo espaço para participação de novos atores, organizações e movimentos sociais, no qual tiveram sucesso em institucionalizar suas demandas e propostas ante a nova constituição. Mais importante, a constituição bolivariana institucionalizou a chamada democracia direta de forma que, tanto a democracia representativa quanto a participativa deveriam coexistir tendo as organizações sociais um papel cada vez mais protagônico do que os tradicionais partidos políticos¹⁷.

17 Essa transição para uma nova democracia na Venezuela enfrentou diversos desafios e obstáculos, começando pela necessidade de reformular uma definição precisa do termo democracia “participativa” e “protagônica”, que é pregada na constituição bolivariana.

De certa forma, a nova constituição bolivariana trouxe instrumentos de participação direta da sociedade civil em temas de política externa. A Constituição de 1999 previu a possibilidade de realização de referendos populares para a celebração de compromissos internacionais. Nesse sentido, a participação da sociedade civil em termos que dizem respeito diretamente à política externa estão de acordo com o conceito de democracia participativa previsto no art. 73, e inova quando prevê a possibilidade de convocação de referendos populares caso alguns acordos internacionais possam ferir a soberania nacional.

Para John Magdaleno (2011), algumas evidências estudadas por pesquisas realizadas pelo Datanálisis da Venezuela indicam evidências de que o governo Chávez deveria trabalhar de forma mais pontual para buscar apoio da sociedade civil ante a percepção, por parte dela, dos atores internacionais considerados importantes para o governo venezuelano (MAGDALENO, 2011, p. 66).

Do conceito teórico de democracia participativa e protagônica à prática há uma distância bem grande. Durante os primeiros anos do governo Chávez, conflitos tornaram-se evidentes entre o discurso oficial do Estado, no qual legitimava suas ações de acordo com os princípios e direitos definidos na nova constituição, e a tendência de Chávez em atacar seus oponentes.

Segundo Garcia-Guadilla, o governo se utilizava de mecanismos que violavam o espírito da democracia de forma a resolver conflitos com esses grupos. Essa prática tomou a forma de ameaçar grupos que assumiam uma postura mais crítica quando do chamado Referendo sem especificar a quais blocos de votantes seria permitido participar. Um exemplo disso ocorreu no conflito sobre as linhas de energia que deveriam ser construídas passando pela *GranSabana* para levarem energia ao Brasil. A orientação geopolítica e desenvolvimentista do presidente Chávez teria prevalecido ante os interesses dos indígenas e ambientalistas que levantavam a bandeira da defesa da identidade indígena e da natureza. O presidente caracterizava os oponentes como “traidores, espíões e estrangeiros”, declarando à mídia que a questão não era negociável, já que o projeto da linha transmissora era um fato consumado (GARCIA-GUADILLA, 2003, p. 189).

É difícil analisar a participação existente da sociedade civil venezuelana estando o país vivenciando uma forte polarização da sociedade. Evidencia-se que houve a inclusão da possibilidade de participação de novos atores da sociedade civil mas também houve a exclusão de outros consi-

derados opositores ao regime. As modificações instituídas na nova constituição bolivariana preveem a democracia participativa. Ainda assim, a forte concentração de poder do executivo dá pouca margem à sociedade civil venezuelana se manifestar ou quando o faz, é taxada de golpista ou traidora pelo governo.

8. Conclusões

Atualmente os militares não necessitam estar no poder para influenciar na política. Na Colômbia, oficiais militares são notoriamente conhecidos por estarem muito próximos da ala direitista que, seguida e insistentemente, viola os direitos humanos na guerra contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Hoje, golpes militares recebem cada vez menos legitimidade da comunidade internacional e parecem cada vez mais difíceis de serem sustentados por longo tempo. Por outro lado, na América Latina a influência dos militares permanece forte e tem assumido algumas formas questionáveis.

A caracterização do chamado processo revolucionário bolivariano na Venezuela se vincula no papel da instituição militar e no próprio Estado. Esse papel dos militares segue sendo ambíguo e paradoxal assim como o processo bolivariano também o é. A revolução proclama que seu objetivo é o de ser uma democracia participativa, mas promove e acentua o personalismo político, principalmente na figura do Chefe de Estado.

A extensão das funções atribuídas às forças armadas nos âmbitos da política interior e de desenvolvimento, assim como a vontade do presidente de outorgar aos quadros intermediários do setor militar responsabilidades no marco do governo ou da administração pública, além da gerência dos recursos destinados às obras de interesse social, fazem das forças armadas a única instituição que detém um controle efetivo sobre o Estado. A ausência de mediação entre os mais altos níveis do Estado e a Sociedade Civil fez com que surgisse uma comunicação direta do presidente com seu eleitorado. As Forças Armadas podem assim ser chamadas para desempenhar esse papel tal como ocorreria com uma organização política.

A liderança político-civil venezuelana não teve e não tem até o momento a capacidade, o interesse, a vontade e a clareza política, além de consistência conceitual e convicção doutrinária em determinar a necessidade de implementar um conjunto de mecanismos e técnicas para exercer um

efetivo controle civil sobre o histórico potencial pretoriano dos militares venezuelanos. Na verdade, desde a ditadura de Perez Jimenez não houve o estabelecimento de um controle civil sobre os militares e sim, ao contrário, houve um entendimento, um acordo, uma fusão de uma aliança civil-militar e político-militar não escrita, mas operante e efetiva.

Referências Bibliográficas

- AYERBE, Luis Fernando. (Org.) *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo : Editora Unesp, 2008.
- CASTILLO, Hernan. Historia y teoría política sobre las relaciones civiles y militares venezolanas. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. *Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas*. Caracas: Universidad Católica Andres Bello, 2007. pp. 74.
- CAVAROZZI, Marcelo. Ação presidencial na América Latina: antecedentes históricos e uma tipologia do século XXI. In: FAUSTO, Sergio (Org.). *Difícil democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp. 16-51.
- DAHL, Robert. *Poliarquia, participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- FERRAJOLI, Luigi. Constitucionalismo principialista e constitucionalismo garantista. Tradução de André Karam Trindade In: STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam (orgs). *Garantismo, hermenêutica e (neo) constitucionalismo: um debate com Luigi Ferrajoli*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. P.13-58.
- FIGUEIRA, Ariane. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FRIAS, Hugo Rafael Chávez. *Presidente Chavez ratifica que la nueva fuerza armada es antiimperialista y anticolonialista*. [S.l.], 12 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/Pensamiento%20militar/Discursos/NOTICIAS%20RELACIONADAS%20AL%20NVO.%20PENS.%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.
- _____. *Socialismo venezolano del siglo XXI busca sus propias raíces*. Bolívar, Sucre y Rodríguez Sembraron la Semilla de un proyecto. El presidente Chávez hizo un llamado a los líderes políticos y sociales a fortalecer el debate. Nuevo pensamiento militar avanza. [S.l.], 05 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/Pensamiento%20militar/Discursos/NOTICIAS%20RELACIONADAS%20AL%20NVO.%20PENS.%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

- _____. *Venezuela no busca agredir a sus vecinos: la única guerra posible sería contra una invasión del imperialismo de EEUU*. [S.l.], 10 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/Pensamiento%20militar/ Discursos/NOTICIAS%20RELACIONADAS%20AL%20NVO.%20PENS.%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.
- GARCIA-GUADILLA, Maria.Pilar. Civil Society: Institutionalization, Fragmentation, Autonomy. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chavez Era: Class, Polarization and Conflict*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003, pp. 179-197.
- GOTT, Richard. *Hugo Chaves and the Bolivarian Revolution*. London: Versu, 2000.
- HELLINGER, Daniel. *Comparative Politics of Latin America: Democracy at Last?*. New York: Routledge, 2011.
- HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o estado: teoria e política das relações civis-militares*. Buenos Aires: Grupo Editorial Latino Americano, 1995.
- IRWIN, Domingo. Clio y las relaciones civiles y militares venezolanas. In: IRWING, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. *Problemas militares venezolanos: FANB y democracia en los inicios del siglo XXI*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. pp. 07-29.
- _____. Apresentação El pretorianismo venezolano del siglo XXI una perspectiva histórica. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. *Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007. pp.05-36.
- IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. *Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007.
- IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. *Problemas militares venezolanos: FANB y democracia en los inicios del siglo XXI*. Caracas : Universidad Católica Andrés Bello, 2009.
- JIMENEZ, Alfredo Ramos. *El experimento bolivariano: liderazgo, partidos y elecciones*. Mérida: Universidad de los Andes : CIPCOM, 2009.
- LATINOBAROMETRO. *Opinión pública latinoamericana*. Santiago, 2011. Disponível em:<<http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>>. Acesso em: 06 jul. 2012.
- MAGDALENO, John. Public Opinion and Venezuelan Foreign Policy. In: CLEM, Ralph S.; MAINGOT, Anthony P.; EGUIZABAL, Cristina. *Vene-*

- zuela's petro-diplomacy*: Hugo Chavez Foreign Policy. Miami: University Press of Florida, 2011. pp. 49-68.
- MARQUEZ, Trino. Presidencialismo, autoritarismo y culto a la personalidad (Hugo Chavez y el ejercicio del poder). *Revista Venezolana de Análisis de Conyuntura*, Caracas, v. 10, n. 2, pp. 57-77, 2004.
- MOLINA, Franklin. La integración andina y la política exterior de Venezuela en dos tiempos: 1972-2002. *Revista Politeia*, Caracas, v. 26, n. 30, pp. 182-193, 2003. Disponível em: <http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100014&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2006.
- _____. La revolución bolivariana en Venezuela: ¿socialismo autoritário en un mar de contradicciones? In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 11., 2003, Dallas. *Anais...* Dallas: LASA, 2007. pp. 01-20.
- NORDEN, Deborah. Civilian Authority Without Civilian Dominance? Assessing Venezuela Political-military Relations under Chavez. *Revista Nueva Sociedad*, San José, n. 213, pp. 05-07, jan./fev. 2008.
- REID, Michael. *O continente esquecido*: a batalha pela alma Latino-Americana. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.
- SAAVEDRA, Boris. El populismo radical en América Latina y su implicancia en el sector de defensa. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernán. *Problemas militares venezolanos*: FANB y democracia en los inicios del siglo XXI. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. pp. 119-133.
- SAAVEDRA, Karesly. Aciertos y desaciertos de la política exterior venezolana, 1998-2008. *Revista Politeia*, Caracas, v. 32, n. 42, pp. 227-250, 2009.
- SANJUAN, Ana Maria. Claros-escuros bolivarianos. *Le Monde Diplomatique-Brasil*, São Paulo, n. 3, pp. 10-12, 2007.
- _____. El cuadro político venezolano em el 2006: la crisis por falta de consenso. *Análise de Conjuntura OPISA*, Rio de Janeiro, n. 12, nov. 2005. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/analise/13_analises_El%20Cuadro%20Politico%20Venezolano%20en%20el%202006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- TRINKUNAS, Harold. *Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela*: a Comparative Perspective. Chapel Hill: North Caroline Press, 2005.
- _____. The Logic of Venezuela Foreign Policy During the Chavez Period. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. *Venezuela's Petro-diploma-*

- cy: Hugo Chavez's Foreign Policy. Miami: University Press of Florida, 2011. pp. 16-30.
- VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. *Elecciones en Venezuela*. Caracas, 2012. Disponível em: <<http://cne.gob.ve/web/index.php-elecciones>>. Acesso em: 04 maio 2011.
- VENEZUELA. Instituto Nacional de Estadística de Venezuela. *Comercio Internacional Venezuelano*. Caracas, 2011b. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve-comercio-internacional-venezuelano>>. Acesso em: 20 maio 2012.
- VENEZUELA. *Lineas generales del plan de desarrollo económico y social de la nación 2007-2013*. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2007. Disponível em: <<http://cne.gob.ve/web/index.php>>. Acesso em: 04 maio 2011.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Defensa. *La seguridad*. Caracas, 2011a. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve-laseguridad>>. Acesso em: 24 jun. 2010.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. *Boletín del Archivo de La Casa Amarilla*. Caracas, ano 10, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2751&Itemid=249>. Acesso em: 24 jun. 2010.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. *Boletín del Archivo de la Casa Amarilla*. Caracas, ano 12, n. 12, 2006. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2751&Itemid=249>. Acesso em: 24 jun. 2010.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. *Boletín del Archivo de la Casa Amarilla*. Caracas, ano 13, n. 13, 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2751&Itemid=249>. Acesso em: 24 jun. 2010.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. *Política exterior*. Caracas : Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2010. Disponível em: <www.institutopedrogual.edu.ve-politica-exterior>. Acesso em: 24 jun. 2011.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

Recebido em março de 2014

Aprovado em outubro de 2014